

# O IRAQUE, TUDO SOMADO... (II)

Manuel de Lucena

**P**ublicada no terceiro número desta revista, que saiu em Setembro de 2004, a primeira parte deste artigo termina prometendo, para continuação – que deveria ter saído no número quatro, em Dezembro, mas atrasei-me – um mais desenvolvido exame da situação no Iraque, seguido por uma tentativa de situar a questão iraquiana no quadro da luta anti-terrorista geral e no mais vasto conjunto das relações externas dos Estados Unidos. Penitenciando-me pelo atraso, lanço-me agora à realização deste programa excessivamente ambicioso, cuja dificuldade é responsável principal pela demora. Observarei, na minha exposição, a ordem acabada de indicar mas antepondo-lhe uma espécie de prólogo, princípio de conversa algo arriscado mas que me parece vir a propósito. Convém datar: no essencial, este artigo, que alguma coisa aproveita de esboços anteriores, acaba por ser escrito em Janeiro de 2005 e será entregue precisamente no dia 1 de Fevereiro. Ora as eleições no Iraque estão marcadas para o dia 30 anterior. Qualquer reflexão que acerca delas *in extremis* me ocorra já não caberá no corpo do artigo, podendo quanto muito figurar, devidamente assinalada, em alguma nota de pé-de-página ou em anexo.

## DE GANHAR HOJE E PERDER AMANHÃ

A vitória tarda muitas vezes em tornar-se certa e inevitável. Frequentemente, quem está a ganhar um jogo, bélico ou não, ainda pode vir a perdê-lo; e não é raro que o perca mesmo, por muito que as aparências apontem, a certa altura, para uma mais do que provável vitória. Na guerra mundial de 1939-1945, a Alemanha esteve cerca de três anos a ganhar: à entrada do Verão de 1942, as suas tropas ocupavam o Ocidente europeu da Noruega aos Pirenéus, estavam, na União Soviética, às portas de Leninegrado, de Moscovo e do Cáucaso e, no Norte de África, caminhavam para o Cairo; enquanto o aliado Japão, destruída em Pearl Harbour parte da esquadra norte-americana no Pacífico, tinha ocupado as Filipinas, assolava a Birmânia e ameaçava a Índia, jóia de um Império Britânico que parecia encaminhar-se (e que realmente se encaminhava, embora não no prazo e do modo então previstos) para o seu fim. Nessa altura, a Alemanha estava nitidamente a ganhar a guerra, brilhantemente acolitada pelo Império do Sol Nascente;

e, quanto à Itália, que como entre 1915<sup>1</sup> e 1918 perdia batalha atrás de batalha – da Grécia ao cabo Matapan e à Líbia – dir-se-ia estar-lhe reservada a sorte de ser de novo salva pelo facto de pertencer ao campo vencedor. Impressionante, o avanço das armas germânicas e nipónicas – que já proporcionara o controlo de vastas regiões, a apropriação de grandes riquezas e a sujeição de muitos povos, acrescentando a mão-de-obra ao serviço dos conquistadores – parecia prestes a conseguir novos e dificilmente reversíveis triunfos... Mas, em poucos meses, até princípios de 1943, tudo mudou (com El-Alamein e o desembarque anglo-americano no Norte de África, com Estalinegrado e, no teatro asiático, com as batalhas de Midway e de Guadalcanal); e os vaticínios alteraram-se radicalmente.

Decerto, houve quem previsse a viragem da maré, quem dissesse, em plena euforia teutónica e nazi (estes termos não são sinónimos) que a Alemanha não ganharia. E mais: que ela estava mas era perdida, destinada – e o Japão também – a uma derrota absoluta como a que de facto levou à rendição incondicional de 1945. Ora, se algumas destas previsões mais não foram do que desejosos pensamentos, afinal bem sucedidos mas que em nada de particularmente sólido assentavam, meros palpites, já outros aduziam em seu favor fortes razões: *ora de ordem geral* (relativos, por exemplo, a uma verosímil impossibilidade objectiva de o Terceiro Reich e o Mikado conseguirem impor-se à aliança constituída pelos Estados Unidos, pelo Império Britânico e pela URSS, capazes de mobilizar recursos de longe superiores aos daqueles); *ora específicas*, elaboradas a partir de mais concretas indicações fornecidas pelo decurso dos acontecimentos: Armindo Monteiro, por exemplo, embaixador português em Londres, desde sempre inabalavelmente convencido de que Hitler (e Mussolini) corriam para precipícios, acrescentava às suas razões gerais<sup>2</sup> – e à sua fé na coragem e na tenacidade britânicas – informações precisas como a de que a superioridade da RAF (Royal Air Force) sobre a Luftwaffe já era, em 1941, esmagadora, somando-se à da Royal Navy sobre a marinha de superfície alemã... E observadores atentos, a começar por alguns generais da própria Wehrmacht, achavam que o desgaste das forças germânicas na frente de Moscovo em finais de 1941 – devido ao tremendo esforço feito, na vã tentativa de tomar a cidade e depois para conter a poderosa contra-ofensiva soviética – tinha sido tamanho em homens e em material, e tão irreparável a prazo, que toda a esperança hitleriana na vitória logo ficara enterrada ali.

Ficasse ou não ficasse (sendo certo que a Wehrmacht ainda voltou à ofensiva em 1942 e de que maneira) o que precede é só para dizer que as vozes de Cassandra, ouvidas quando as coisas parecem correr bem, são muito merecedoras de atenção, sobretudo quando as suas alarmantes profecias assentam no exame de significativos fragmentos da realidade, que uma fácil euforia desconsidera. Mas atenção: o que Cassandra anuncia é uma desgraça vindoura, que virá, que será, que ainda não é... Em 1941 e na primeira metade de 1942, ninguém no seu juízo afirmou que a Alemanha (com o Japão) já estava a perder a guerra. Iria muito provavelmente ser derrotada, pensavam os pessimistas do

seu lado e os optimistas do outro, com Armindo Monteiro a animar Anthony Eden nas horas negras. Mas *ainda* estava na mó de cima.

Vem todo este arrazoado a propósito de quê? Ou melhor, como facilmente se adivinha, vem contra quê? Muito simplesmente, contra a desprevenida posição dos que, palpitando-lhes (e quem sabe se não acertam?) que os Estados Unidos acabarão por sair do Médio Oriente vergados ao peso de uma derrota humilhante, vêem no Iraque de hoje o Vietname de há décadas e na rebelião das áreas sunitas o equivalente à resistência de Estalinegrado; dispensando-se de analisar com cuidado a realidade, mais vasta e complexa, de uma guerra antiterrorista global cujas perspectivas não são tranquilizadoras para os norte-americanos mas que estes estão, por ora, não obstante – e muito nitidamente – a ganhar. Senão vejamos.

Quem, acalentando recordações «vietnamitas», se fixa obsessivamente na contemplação do vespeiro iraquiano (objecto, aqui, do próximo capítulo) tende com efeito a ignorar:

• À uma, a considerabilíssima expansão da presença e poderio político-militar dos EUA em áreas geoestratégica e económica-

mente vitais, realizada depois de 11 de Setembro de 2001: penetração directa no Afeganistão, no Iraque e em repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central, nas barbas não só da Rússia como da China; e pressão muito próxima sobre a cintura de estados médio-orientais fronteiriços do Iraque – a começar pelos inimigos Síria e Irão e

pela Arábia Saudita, aliado periclitante onde a prudência desde há muito aconselhava o encerramento das bases norte-americanas; mas sem esquecer a Jordânia (porta para Israel) nem o petrolífero Kuwait e a islâmico-«europeia» Turquia... – bem como sobre o Paquistão, onde o fundamentalismo e o terrorismo tinham grande (e mantêm alguma) implantação mas cujo governo, depois de colaborar na ofensiva contra o regime «taliban» afegão, também tem pouco a pouco aceite participar na luta contra o que na região ainda sobra da Al-Qaida.

• À outra, que essa expansão, apesar das reservas e da vontade de a contrariar que naturalmente suscita e nunca poderia nem poderá deixar de suscitar nas maiores potências por ela prejudicadas ou condicionadas, não tem impedido o desenvolvimento de interessantes relações políticas e económicas com a Rússia e com a China; e ainda com a Índia (outro gigante que desponta) sem dúvida atenta e desconfiada perante quaisquer intimidades americano-paquistanesas e desejosa de que os EUA refreiem as acções do Paquistão visando Cachemira mas aparentemente disposta a chegar à fala com o governo de Karachi se este moderar as suas pretensões.

• E, enfim, mas muito principalmente, que, nestes quase três anos e meio decorridos desde o ataque às Torres Gémeas e ao Pentágono (e ao Capitólio ou à Casa Branca, no atentado

VEM TODO ESTE ARRAZOADO A PROPÓSITO DE QUÊ?  
CONTRA A DESPREVENIDA POSIÇÃO DOS QUE,  
PALPITANDO-LHES (E QUEM SABE SE NÃO  
ACERTAM?) QUE OS ESTADOS UNIDOS ACABARÃO  
POR SAIR DO MÉDIO ORIENTE VERGADOS AO PESO  
DE UMA DERROTA HUMILHANTE, VÊEM NO IRAQUE  
DE HOJE O VIETNAME DE HÁ DÉCADAS.

que falhou), nunca a Al-Qaida, ou qualquer outra organização terrorista mais ou menos islâmica, que no seu exemplo se inspire, conseguiu levar a cabo nos EUA algum feito já não digo de igual ou semelhante envergadura mas sequer de molde a matar ou ferir gravemente pessoas, a provocar consideráveis danos materiais ou a sugerir que os seus autores seriam capazes de alimentar com certa constância o terror, cultivando-o sob formas menores enquanto preparavam, dando tempo ao tempo, novos assaltos dignos, salvo seja, do primeiro. Ora, nada: nada de nada, nem nos EUA nem na Grã-Bretanha que, por ser a melhor aliada, também deveria merecer castigos exemplares. Mas nada: apenas (o que, deste ponto de vista, nada é) a multiplicação de ameaças verbais na Internet e em vídeos pressurosamente transmitidos pela cadeia de televisão Al-Jazira, segundo os quais algo de terrível estará para acontecer. Atentados a sério, por vezes altamente mortíferos como os de Madrid mas (repare-se bem) de uma sofisticação muitíssimo inferior aos de 11 de Setembro, ainda só vitimarem outros países, tocando por vezes em interesses ou em súbditos norte-americanos ou britânicos. Eis o que é pouquíssimo como demonstração de força e se calhar muitíssimo como prova de fraqueza de quem, à partida, pôs a fasquia tão alta como as torres que derrubou... Eis algo que pede uma mais detida atenção. Cabendo observar, a propósito:

- *Em primeiro lugar que*, na guerra em curso, é o terrorismo fundamentalista que ocupa uma posição análoga à da Alemanha nazi nos anos 30 e 40 do século passado: não só porque foi ele que, agredindo, a desencadeou mas também e muito principalmente, porque é a ele que o tempo falta. O programa hitleriano era urgente, Hitler não podia esperar porque tinha os anos a correr-lhe contra: cada um que passasse veria, a oeste, um desenvolvimento da já temível potência norte-americana (cujos limites se não vislumbravam) e traria, a leste, novo acréscimo demográfico, industrial, organizativo e militar de uma União Soviética cujo espaço parecia aos nazis absolutamente vital para a Alemanha: tinha de ser conquistado antes que se fizesse tarde e fossem os soviéticos a atacar... Entalada entre dois colossos com cujo declínio não podia de modo nenhum contar, poucos anos restavam a Hitler para forçar a sua sorte em jogada arriscadíssima. Num quadro muito diferente, onde avultam factores de outra ordem, os fundamentalistas islâmicos também sentem que o tempo corre contra eles, ao verem a juventude, as mulheres, os intelectuais, as classes dirigentes e os próprios membros dos aparelhos estatais dos seus países cada vez mais atraídos pelo modo de vida ocidental, a cujo «corruptor» fascínio as leis (e as iras) do Profeta opõem uma resistência cada vez menos eficaz, aceleradamente minadas pelo crescimento económico, pela TV, pela Internet, pela globalização... No furor das declarações fundamentalistas perpassa uma impotência à qual ele procura, desesperado, reagir...

E, por tudo isto, temos, *em segundo lugar*, que o fundamentalismo islâmico, dispondo de pouco tempo para vencer a guerra, não pode dar-se ao luxo de passar mais uma série de anos sem ferir gravemente o Grande Satã que desafiou mas que (depois do espectacular round inaugural) nunca mais vai conseguir ferir. Para recuperar das derrotas que desde

então lhe têm sido infligidas pelos Estados Unidos, correr com estes do Iraque seria bom para o terrorismo mas talvez não bastasse em se mantendo inviolado o solo norte-americano. George W. Bush foi reeleito pelos seus concidadãos enquanto garante – eficaz, até ver – dessa inviolabilidade. Mantê-la terá de ser, por força, o seu cuidado maior. Se a mantiver até ao fim do segundo mandato, deixará provavelmente a Casa Branca com a guerra ao terrorismo muito bem encaminhada.

A que preço é outra questão, adiante considerada, que, para prólogo, o que aqui fica já basta.

## O IMPASSE IRAQUIANO

### GENERALIDADES

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce? Fernando Pessoa dá para quase tudo mas este seu verso talvez não seja de todo descabido aqui, deixando a História julgar se a obra é asseada ou não. Como os leitores desta série de artigos já sabem, não creio que a investida americana e britânica sobre o Iraque tenha visado principalmente descobrir e confiscar as famosas armas de destruição maciça em cuja existência quase toda a gente, antes da invasão, acreditou: armas essas que Saddam já tivera e usara, cedo podendo (a supor que já não as tinha) voltar a tê-las... E também não creio que o principal motivo aliado fosse a vontade de livrar o dito país e o mundo de um execrável tirano, por aí começando uma tão poderosa quão bondosa América a redesenhar o mapa político do Médio Oriente: por muito que algumas influentes figuras neoconservadoras da Administração de George W. Bush acaalentassem e continuem a acalentar esse desiderato – e por mais que, na véspera de inadiáveis eleições no Iraque, algo no género permaneça forçosamente na agenda – a instauração, entre o Tigre e o Eufrates, de uma democracia de tipo ocidental, que muito aos poucos talvez acabe por ocorrer, não constituía e não constitui, para os Estados Unidos, uma necessidade vital. Na guerra em curso, vital era (e é) obstar a que o terrorismo islâmico descentralizado, do qual a Al-Qaida é o farol, disponha de poderosos apoios estatais e prospere à sombra de situações anárquicas, constituindo sólidas bases em territórios onde o Estado só nominalmente existe.

NA GUERRA EM CURSO, VITAL ERA (E É) OBSTAR A QUE O TERRORISMO ISLÂMICO DESCENTRALIZADO, DO QUAL A AL-QAIDA É O FAROL, DISPONHA DE PODEROSOS APOIOS ESTATAIS E PROSPERE À SOMBRA DE SITUAÇÕES ANÁRQUICAS, CONSTITUINDO SÓLIDAS BASES EM TERRITÓRIOS ONDE O ESTADO SÓ NOMINALMENTE EXISTE.

A propósito, convém relembrar que o Iraque laico de Saddam Hussein, governado com mão de ferro, não estava certamente «mais perto» da Al-Qaida. e do terrorismo fundamentalista do que a Arábia Saudita ou o Paquistão, para já não falar no Egipto. Não obstante, atraiu a investida norte-americana e britânica por várias razões: (1) por não ser (ao contrário daqueles) um país aliado dos EUA; (2) por ter fronteiras com a Jordânia, a Síria, o Irão, o Kuwait e a Turquia, além da dita Arábia; (3) por ter tido e usado e se

supor que ainda tinha ou que depressa podia voltar a ter armas de destruição maciça, químicas e biológicas; (4) por se achar muito mal visto internacionalmente; (5) por ter aplaudido os atentados de 11 de Setembro de 2001 e por ter procurado entender-se com a Al-Qaida. A propósito: há notícias de que bin Laden, cortejado por Saddam, lhe repeliu as propostas<sup>3</sup>; mas também parece que, um pouco por todo o Médio Oriente, se regista, desde há anos, uma progressiva aproximação ao islamismo radical de muitos militantes e apoiantes de ditaduras e de partidos laicos, insatisfeitos ou francamente desiludidos ao verem-nos cada vez mais distantes das promessas de grandeza política, prosperidade económica e justiça social com que lutaram pelo poder<sup>4</sup>; e é de notar, também, que a Al-Qaida, logo em 1996, inscreveu entre os três objectivos principais do seu programa<sup>5</sup> a restauração do Califado – com sede em Bagdade Califado esse precisamente entendido como cúmulo de poder, riqueza e justiça...; (6) enfim, por ser rico em petróleo: os Estados Unidos não arranjam pretextos para irem tomar posse das reservas de «crude» iraquianas – que não têm, para o seu próprio abastecimento, a mesma importância que para os da China e do Japão; e cujo negócio não era para eles tão crucial como para os aliados (a começar pela França) que se opuseram à invasão – mas, claro, essas reservas estão lá e o interesse do seu controlo nunca será despiciendo, nos planos económico e geopolítico. No primeiro artigo desta série<sup>6</sup> tratei deste assunto algo expeditivamente, salientando (além das verdades acabadas de referir) que os EUA não invadiram o Iraque aproveitando a primeira guerra do Golfo, altura em que isso mais fácil seria e menos objecções levantaria; e que em 2003 precisavam certamente menos do petróleo iraquiano do que em 1990, dadas as novas e vastas perspectivas petrolíferas que entretanto se lhes abriram em África e na Ásia Central. Ora a questão é certamente mais complicada, pense-se, por exemplo, na inevitável competição sino-americana ou na problemática situação da monarquia saudita... Mas adiante.

Ao recapitular o que realmente provocou a mais recente invasão da Mesopotâmia, dir-se-á que o verso inaugural de Fernando Pessoa caiu num irremediável esquecimento. Mas não. Na política, por estranho que pareça, realismo e idealismo não costumam excluir-se. De modo que os americanos caíram sobre o Iraque, como os portugueses foram à Índia, movidos por interesses mas cheios de ilusões: entre estas se contando a de que iam dar cabo de um ogre e da sua tirania, a de que seriam festivamente acolhidos como salvadores pela esmagadora maioria da população e a de que a fundação de uma decente e funcional democracia se não revelaria excessivamente difícil. Ora, quando o ogre caiu, mais depressa do que muitos tinham previsto, alguma festa houve mas bem longe de ser geral e logo estragada pelas graves pilhagens; ficando a pairar a ideia de que só a conquista e não a ocupação tinha sido preparada e de que as forças invasoras dificilmente assegurariam o restabelecimento de uma ordem capaz de propiciar o regresso à normalidade económica e social; após o que cedo foram crescendo as violentas hostilidades contra os ocupantes (e também entre os ocupados) que há mais de ano e meio assolam o país; e que, embora afectando muito sobretudo as áreas onde



predomina a minoria sunita da população, contém a promessa de um caos total, mortífera acumulação de resistência e guerra civil.

Acerca de como se chegou a isto, há que distinguir entre as causas profundas dos conflitos em curso e os erros circunstanciais que terão propiciado a sua eclosão. Não valeria a pena perdermos aqui muito tempo com estes últimos, entre os quais certamente se contou (fruto não só do optimismo idealista inicial mas também da vontade de poupar na quantidade dos efectivos enviados para o Iraque) a ausência entre as forças de ocupação de elementos

treinados para a manutenção da ordem pública, tarefa inconfundível com as operações militares. Mas já me parece algo mais duvidosa a explicação corrente e dominante segundo a qual o grande erro consistiu no desmantelamento do apa-

JÁ ME PARECE ALGO MAIS DUVIDOSA A EXPLICAÇÃO CORRENTE E DOMINANTE SEGUNDO A QUAL O GRANDE ERRO CONSISTIU NO DESMANTELAMENTO DO APARELHO DE ESTADO QUE SERVIRA A DITADURA IRAQUIANA.

relho de Estado que servira a ditadura iraquiana e cujo concurso teria sido indispensável tanto para manter a ordem como para relançar a vida económica do país; erro esse cometido através de uma depuração demasiado radical e expeditiva dos serviços (militares e civis) levada a cabo sem se atender à posição hierárquica dos «saneados», às suas concretas responsabilidades, etc.; do que teriam resultado: por um lado, a desarticulação profunda desses mesmos serviços, que não era inevitável; e, por outro, um inesperado fomento da resistência à ocupação, à qual o saneamento terá fornecido inúmeros militantes e simpatizantes: os «saneados», precisamente, na sua maioria membros ou clientes do partido Baas (às ordens de Saddam Hussein), que forneceram à resistência «baasista» – outra há, «jihadista», entroncada no terrorismo islâmico internacional; e convirá não esquecer também a do xiismo radical do célebre Moqtada-al-Sadr, agora calmo depois de uma entrada fulgurante – que forneceram à resistência, dizia, meios de acção e redes de influência sem os quais ela não constituiria um problema tão grave.

Sem negar (à distância) que o «saneamento» produziu estes aborrecidos «efeitos colaterais» e admitindo que ele tenha sido algo apressado ou exagerado, parece-me, todavia, que os seus críticos não tomam em conta que o aparelho de Estado em questão, muito dado à brutal repressão e aos arbitrários favoritismos, foi recrutado sobretudo entre os sunitas, minoritários mas dominantes, e que a relativa paz em que hoje apesar de tudo vive a maior parte do Iraque assenta em entendimentos com a maioria xiita e com a minoria curda, que juntas perfazem mais de 75 por cento da população do país. Tivessem as autoridades de ocupação poupado substancialmente esse aparelho e o mais certo seria haver hoje enormes sarilhos nas regiões xiitas e curda, com os mesmos críticos a vituperarem um erro diametralmente oposto ao que têm denunciado. Mas com isto já estamos a chegar ao essencial: às objecções de fundo, e não já relativas ao *modus faciendi*, que a invasão do Iraque suscitou.

Essas objecções foram: a de que os invasores seriam recebidos como novos opressores e não como libertadores, suscitando uma patriótica resistência tendente a alastrar e a generalizar-se; a de que, ao submeterem e humilharem uma nação islâmica, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha fomentariam afinal o terrorismo que pretendem combater, abrindo-lhe novos campos (xiitas) de recrutamento e multiplicando o número dos candidatos a uma morte em combate, heróica por mais inocentes que mate; e a de que no Iraque, país cuja unidade só autocraticamente pode ser mantida, o lançamento de um qualquer processo de democratização abriria uma caixa de Pandora: desencadeando conflitos inter-religiosos e interétnicos conducentes à guerra civil e fatais à unidade do país (ou propícios, em alternativa, ao estabelecimento de uma nova ditadura, quiçá pior e mais duradoira que a de Saddam) e acabando por incompatibilizar todas as facções com ocupantes cuja mediação não satisfaria nenhuma. Eis o que lhes custaria, além de grandes dissabores no Iraque, graves problemas com alguns países vizinhos como o Irão, correligionário dos xiitas e a Turquia, temerosa dos curdos... Por ter entendido tudo isto, Bush pai renunciou, sabe-se lá com quanta pena, a meter-se numa alhada sem fim. Mas, uma dúzia de anos depois, o filho ter-se-á deixado tentar e agora vê-se numa posição que parece danada: não podendo ficar no Iraque sem pagar um preço crescente (em vidas, fazenda e facturas de política externa) que ameaça tornar-se, a prazo não muito longo, insuportável; e não podendo a curto prazo sair sem grave perda de prestígio (pessoal, americano e ocidental) e sem que essa saída – justamente interpretada como fuga por todo o mundo circunstante: o dos crentes e o dos descrentes – espezitasse notavelmente o incêndio terrorista que se propôs apagar.

Destas objecções, que pensar? Tendo todas elas alguma razão de ser e recenseando, sem excepção, riscos reais, não acho que correspondam a uma visão suficientemente fina da questão iraquiana nem que a partir delas se possa imaginar a melhor maneira de a resolver. Retomá-las-ei agora uma por uma. E assim:

a) Quanto à ideia de que os militares americanos e ingleses foram recebidos como opressores e não como libertadores, a verdade é que houve disto e daquilo. Salvo, porventura, entre a minoria sunita, poucos iraquianos haverá que não se sintam aliviados com o derrube de Saddam e do regime e que prefiram voltar para trás. E mais: a julgar pela quantidade de partidos concorrentes às eleições de 30 de Janeiro de 2005 e considerando (o que mais é) a acesa participação xiita e curda na sua preparação, deve reconhecer-se que, malgrado tudo quanto em desfavor do processo eleitoral cabe dizer, os ocupantes desencadearam no país ocupado um processo político ao qual, por fás ou nefas, parece aderir a maioria da população. Também suscitou uma feroz oposição? Certamente, e deve dizer-se que ela não se regista apenas nas áreas sunitas nem provém, tão-só, de elementos do deposto regime e de terroristas islâmicos. Basta lembrarmo-nos dos milicianos de Moqtada-al-Sadr para termos de reconhecer também que a colaboração do xiismo, actualmente arbitrado pelo grande *ayatollah* Ali Sistani, permanece potencialmente conflitual. Mas



está mesmo assim muito longe de corresponder à verdade dizer-se que no Iraque se regista um movimento generalizado de resistência aos invasores.

b) Quanto ao fomento do terrorismo, em que a invasão terá afinal redundado, cumpre distinguir entre o que se passa no Iraque e o que sucede ou deixa de suceder fora dele, com relevo para os países muçulmanos e para as grandes comunidades de crentes em Alá que vivem no Ocidente. Em território iraquiano, o terrorismo conhece, de facto, uma expansão notável (basta olhar para os jornais) animado à uma pelos saudosos de Saddam e à outra por fundamentalistas islâmicos. Não se sabe ao certo quantos são, entre estes últimos, os iraquianos nem os pertencentes a uma nova linha de recrutas internacional e quantos os velhos militantes islâmicos vindos da diáspora que se seguiu à queda da grande base afegã. Mas esta ignorância quanto à dosagem não impede o reconhecimento da coisa em si, dentro do Iraque e, mais precisamente, em Bagdade e no triângulo sunita. Fora dele, porém, já o discurso é bem outro, sendo

O QUE ESPANTA, É QUE TODA A HUMILHAÇÃO,  
TODA A INDIGNAÇÃO, TODO O VINGATIVO FUROR  
QUE, DE ACORDO COM OS CRÍTICOS DA INVASÃO,  
ESTÃO ASSOLANDO OS PAÍSES MUÇULMANOS,  
AINDA SÓ TENHA PRODUZIDO ATENTADOS  
TERRORISTAS COMO QUE A CONTA-GOTAS.

mais do que legítimo duvidar-se de que o terrorismo esteja em processo de impetuosa multiplicação. Muito pelo contrário, o que espanta – se pensarmos na atroz facilidade com que quase dia sim dia não há em Israel quem entusiasticamente morra matando – o que espanta, dizia, é que toda a humilhação, toda a indignação, todo o vingativo furor que, de acordo com os críticos da invasão, estão assolando os países muçulmanos, ainda só tenha produzido atentados terroristas como que a conta-gotas: descontando Israel e o Iraque, não se registou até hoje, em parte alguma, qualquer autêntica vaga terrorista, já não digo de muito mortíferos e espectaculares atentados, daqueles que fazem felizes as televisões, mas nem sequer dos mais modestos, que, de bomba à cintura, manifestam a profunda paixão de quem os pratica. E nada, também, nada de nada, graças a Deus, em matéria de acção terrorista individual ou colectiva, da parte dos inúmeros seguidores de Maomé que vivem no Ocidente. Até o famoso «Londistão» londrino tem brilhado pela respeitabilidade – e se, além dos Estados Unidos, há país que, de um ponto de vista islâmico fundamentalista «está a pedi-las», esse é a Inglaterra... As comunidades islâmicas domiciliadas em países ocidentais têm certamente fortes razões para não manifestarem demasiado vivamente os seus ressentimentos: temem grandes retaliações (no limite, sumárias e indiscriminadas expulsões) e dizem entendidos que, enquanto não forem mal tratadas nos países de acolhimento, se acham coranicamente obrigadas a abster-se de violências, forma canónica de retribuírem a hospitalidade. Mas também parece que os «versículos da espada» corânicos consentem que para cada regra (mesmo para a que proíbe matanças de inocentes...) se deduzem convenientes excepções. Seja como for, a paixão costuma espezinhar impetuosamente todos os interditos e é extraordinário, supondo-a tão viva como a pintam, que neste caso tal não esteja a acontecer.

Sobre o recrutamento de xiitas para a causa terrorista não me alongarei por ser um terreno que não vi desbravado em nenhum dos bons autores que tenho lido. Mas não resisto: primeiro, a prevenir que, na ausência de precisas informações, muito apressado e arriscado seria inscrevermos na órbita do terrorismo islâmico as violências do chefe de fila radical Moqtada-al-Sadr; e depois a observar que, nas mãos do grande ayatollah Ali Sistani, o xiismo iraquiano tem controlado a sua facção rebelde, contando com as próximas eleições (de 30 de Janeiro de 2005) para chegar pela primeira vez ao poder. Como é muito maioritário, talvez não se contente com menos do que um monopólio ou um quase-monopólio; mas também pode acontecer que se adapte ao pluralismo. Voltarei ao assunto adiante, mas convém salientar já que o terrorismo islâmico fundamentalista nasceu sunita, que o dissídio entre sunismo e xiismo é grave, e que a constituição de um arco de países xiitas e moderados (Iraque, Irão, Síria, Líbano, Turquia...) participantes na guerra ao terrorismo – a qual também interessa a Moscovo e a Pequim, que hoje se aproxima de Teerão<sup>7</sup> – nada teria de espantoso ou de absurdo. Enfim, não posso deixar o tema do fomento do terrorismo sem distinguir entre duas espécies perfeitamente distintas do dito, tomadas em consideração, respectivamente: *por quem sustenta* que a invasão do Iraque veio fornecer à Al-Qaida e a outros grupos fundamentalistas famosas fornadas de militantes a transbordar de ressentimento e dispostos a tudo; e *por quem acha* que esse novo recrutamento, além de menos abundante e ardente do que o pintam (*v. supra*) nunca terá, seja qual for a sua dimensão, uma importância decisiva para o que aqui mais nos interessa. Com efeito, aquilo que o Ocidente em geral e os Estados Unidos em particular devem sobretudo temer não são os atentados típicos, de pé por assim dizer descalço e pouco ou nada sofisticados, que

A MEU VER, FOI PARA IMPEDIR – NÃO SÓ NO IRAQUE MAS EM TODO O MÉDIO ORIENTE E ARREDORES – QUALQUER ÍNTIMA E FATAL LIGAÇÃO ENTRE ESTADOS E GRUPOS TERRORISTAS, QUE AMERICANOS E INGLESES CAÍRAM SOBRE A MESOPOTÂMIA.

florescem no Iraque e na Palestina, mas sim acções de outra envergadura – qualitativa e quantitativa – como os de 11 de Setembro ou os que um dia usem armas de destruição maciça; ou então os que, menos elaborados embora nos planos da técnica e da organização, ocorram em série e em

crescendo no interior de avançados países capitalistas ocidentais, onde até agora nada no género aconteceu. E é muito difícil que coisas destas ou daquelas venham a acontecer se as redes terroristas não forem firme e continuamente apoiadas por poderes estatais. A meu ver, foi para impedir – não só no Iraque mas em todo o Médio Oriente e arredores – qualquer íntima e fatal ligação entre Estados e grupos terroristas, que americanos e ingleses caíram sobre a Mesopotâmia. A realização deste desiderato fundamental vale com certeza várias missas, incluindo as missas negras de um terror político subdesenvolvido. E este é o único que – prosseguindo na Palestina a sua independente e anterior carreira – assola desde 2003 parte do Iraque. Juntem-lhe o rosário de atentados dispersos por esse mundo, das Filipinas a Marrocos e à Espanha, passando por Bali pela

Turquia, pela Arábia Saudita... Se apenas conseguir mais do mesmo, o terrorismo islâmico ainda causará muito sofrimento mas acabará vencido. Outro galo cantaria caso a multiplicação das suas proezas no Iraque desanimasse um dia a nação norte-americana ou os seus chefes mas o exame dessa eventualidade não cabe aqui: encará-la-ei na terceira e última parte deste artigo.

Para concluir esta, vejamos a objecção que falta, mais grave do que as precedentes.

c) Quanto ao imbróglia político iraquiano, cuja antevisão terá sido decisiva para a renúncia americana de 1991, é preciso reconhecer que ele é, na verdade, extremamente complicado, e que, pelo menos às primeiras e às segundas, se não vê lá muito bem como deslindá-lo satisfatoriamente, a bem ou a mal. Por «a mal» entenda-se recorrendo sobretudo à força, a das tropas ocupantes ou a de uma nova ditadura iraquiana, provavelmente xiita. «A bem» seria, ou será, no quadro de instituições quiçá muito imperfeitas mas democráticas ou tendendo para a criação e enraizamento de uma democracia de tipo ocidental. Em vésperas de eleições, quando o que se ensaia é este segundo caminho, uma análise concreta tem de encarar as dificuldades que em breve enfrentará quem queira percorrê-lo. Têm elas a ver com as conflitantes pretensões das partes em presença; por partes se entendendo, aqui, não ainda os numerosos partidos políticos que disputam as eleições – e, através delas, uma participação no poder constituinte formal, encarregado de desenhar uma nova república iraquiana – mas os três poderosos grupos de base étnico-religiosa nos quais (e em cujas chefias) reside hoje a substância do poder constituinte material.

A este nível, contemplá-los-ei, por ordem inversa do peso populacional de cada um:

- Os curdos (15 a 20 por cento da população, não árabes mas na sua maioria muçulmanos sunitas) concentrados a Norte do Iraque, numa região autónoma onde, já desde antes mas ainda mais depois da queda do regime de Saddam Hussein, têm gozado de uma grande autonomia. Armados e querendo tornar-se independentes, só aceitarão uma autonomia que os deixe movimentarem-se nessa direcção. Exigem, no plano político, uma generosa definição dos poderes autónómicos e no plano económico, meios suficientes para a si mesmos se sustentarem. Ora, na opinião deles, esses meios existem, capazes de lhes assegurar não só a subsistência mas também a prosperidade; e consistem nos vastos campos petrolíferos nortenhos que consideram pertencentes à sua região. Tal como a visão independentista, esta pretensão não é aceite pelas outras duas partes, nem pela Turquia, temerosa dos efeitos que quer a independência quer a riqueza do Curdistão hoje iraquiano teria sobre os curdos seus súbditos, que mesmo sem isso já grandes dores de cabeça lhes dão.

Aqui está, para os Estados Unidos, uma causa de sérias preocupações, ao precisarem de conseguir que os curdos se mantenham bem dispostos e colaboradores mas sem obterem, em troca, vantagens que constituam um *casus belli* para os dois outros grupos e para a Turquia, potência regional considerável e velha amiga na NATO (mas aliada potencial do Irão...), cujo desejo de entrar para a União Europeia goza de fortes apoios no seio desta última.

• Os árabes sunitas (cerca de 20 por cento da população) maioritários no chamado «triângulo sunita» e noutras zonas, situadas sobretudo no Centro do Iraque. Em nítida minoria no conjunto do país, foram, no entanto, durante décadas e até à queda de Saddam, o grupo politicamente dominante, na sociedade e no Estado, compreendendo aqui as Forças Armadas. Sob a ocupação, perderam o poder, tendo sido objecto de um vasto «saneamento» decidido pelos ocupantes; e passaram a fornecer à resistência oriunda do deposto regime e do partido Baas o grosso das suas bases sociais de apoio e bem como dos seus dirigentes e militantes. Pressionados, para não dizer coagidos, no mesmo sentido pela resistência fundamentalista islâmica, «jihadista», de al-Zarqawi – pertencente à constelação da Al-Qaida tomada em sentido amplo<sup>8</sup> – é de esperar que boicotem largamente as próximas eleições. Apesar disso, representantes seus talvez acabem por participar no anunciado processo constituinte, onde concordando embora com os xiitas (contra os curdos) na defesa da unidade política do Iraque, têm boas razões para se mostrarem suspeitosos, reservados e prontos a retirar-se, passo este que constituiria o prelúdio de uma guerra civil. Tal retirada só não se dará se os seus representantes se convencerem de que, na Constituinte e arredores, se não prepara de direito e de facto uma completa inversão de papéis, passando os sunitas, no plano político, de primeiros para últimos, com a marginalização nas benesses e empregos públicos e a perda de prestígio social que uma queda desse género costuma implicar. Eis o que dependerá essencialmente dos senhores que se seguem.

• Os xiitas (mais de 60 por cento da população) maioritários no conjunto do país, com praças-fortes sobretudo no Sul mas também em importantes áreas do Centro, forte presença em Bagdade, etc. Muito depende do que for a atitude deles quer relativamente aos outros grupos, quer perante as potências ocupantes (com relevo para os EUA, naturalmente) quer, *last but not least*, quanto à relação entre a religião e o Estado e às relações entre o Iraque e o Irão.

Quem for vivo verá. Após as eleições iraquianas, todas estas problemáticas começarão a movimentar-se; e daqui a três meses, ao entregar a conclusão deste artigo, que é um demorado ensaio correndo paralelamente aos acontecimentos, algo de um pouco mais preciso deverei poder acrescentar às perspectivas que aqui apenas deixarei esboçadas, como segue.

Questão fundamental, com profunda influência sobre várias outras, é a da relação entre a religião e o poder político. Dada a composição do corpo eleitoral, provavelmente acentuada pela abstenção sunita, não é arriscado prever que, em havendo eleições, as formações de obediência ou inspiração xiita, grandes vencedoras, vão exercer uma decisiva influência no vindouro debate constituinte. E aí:

• Ou se confirma a predominância do xiismo moderado (e iraquiano) de Najaf, que tem sido pilotado pelo grande *ayatollah* Ali Sistani (curiosamente de origem iraniana) e que, reconhecendo ao domínio político uma certa autonomia, parece compatível, dentro de certos limites com o pluralismo e aberto a compromissos, quer com os outros grupos

quer com os estrangeiros ocupantes; devendo, aliás, contar com o apoio destes, porque, embora maioritário no país, não seria sozinho capaz de conter o impulso independentista dos curdos somado a uma assanhada resistência sunita.

• Ou emerge o xiismo persa de Qom, clerical, radical e totalitário, incompatível com o incipiente processo democrático, incapaz de compromissos duradouros, muito hostil a qualquer ocupante e aos Estados Unidos em particular; xiismo esse que, legitimado pelas eleições, exigirá que as tropas ocupantes saiam do Iraque imediatamente ou a bastante curto prazo, para o que poderá aliar-se taticamente à resistência «baasista» e «jihadista», protagonizada pelos sunitas; mas que mais tarde, uma vez senhor do campo após a partida das ditas tropas, cedo visará o poder absoluto, quiçá com a ajuda do clerical Irão.

Neste caso, a criação de um eixo xiita no Médio Oriente virá, provavelmente, mais tarde ou mais cedo, para a ordem do dia, implicando tentativas de exportação da revolução islâmica para os países laicos ou/e conservadores do Médio Oriente e riscos de guerra com alguns deles. No outro, a colaboração estratégica em perspectiva será entre um Iraque relativamente democrático (distanciado do Irão) e os Estados Unidos, que reduzindo o seu corpo expedicionário e aquartelando-o fora das cidades, se poderão manter durante alguns anos naquele país, condicionando a actuação de todos os seus muitos vizinhos. Garantindo a unidade iraquiana contra o separatismo curdo e, contra investidas sunitas, bem como a sobrevivência de um regime moderado mas de efectiva supremacia xiita, os Estados talvez recebam, em troca, além da autorização de estadia, uma quiçá discreta mas nem por isso menos valiosa colaboração na luta contra o terrorismo islâmico; não deixando a abertura do Iraque a um jogo político de tipo ocidental de ter alguns efeitos nos países vizinhos...

Certezas, claro que não as há mas, paradoxalmente, no próprio aspecto «insolúvel» do sarilho iraquiano reside a melhor oportunidade de os Estados Unidos – em sabendo tornar-se indispensáveis ao estabelecimento e depois à conservação de um sempre precário equilíbrio entre os grupos que no Iraque disputam o poder constituinte – acabarem por levar muita água ao seu moinho.

«Deus quer, o homem sonha...» Depois, a obra que nasce não tem de ser por força igual ao sonho ou sequer muito parecida. Enfim, faz-se o que se pode.

Daqui a uns meses talvez já se vislumbre o que será\*. RI

(CONTINUA)

---

\* Inesperadamente para muitos, as eleições iraquianas de 30 de Janeiro de 2005 correram bem e parecem ter legitimado o lançamento do previsto processo constituinte, do qual elas aliás já fizeram parte. Curiosamente, a maior insatisfação com este sucesso manifestou-se não só (como seria de esperar) no campo sunita iraquiano mas também entre certos responsáveis do Irão xiita, a começar pelo ex-presidente Rafsanjani, que declarou não acreditar que os Estados Unidos aceitem algum dia a existência de um Iraque deveras livre e independente... Mas os iraquianos árabes também podem temer uma hegemonia persa.

## NOTAS

**1** A Itália só entrou na I Guerra Mundial em Maio de 1915.

**2** Apoiada pelos EUA e pelos domínios (Canadá, Austrália...) a Grã-Bretanha sempre lhe pareceu invencível.

**3** Cf. Jason Burke, *Al-Qaeda, the true story of radical Islam*, Penguin Books, 2003/2004, cito da tradução portuguesa: *Al-Qaeda, a história do islamismo radical*, Quetzal, Lisboa, 2004, p. 38.

**4** De acordo com Jason Burke, cf. *op. cit.* (trad. port.) p. 279, também na Palestina

grupos activistas estavam [2004] «em vias de completar a sua transição do esquerdismo secular para o salafismo jihadista». Ver também a p. 273 sobre a cooperação no Iraque ocupado «a nível tático, entre os muçulmanos radicais e os iraquianos seculares».

**5** Os outros dois vão expulsar os infiéis dos lugares santos (Meca e Medina) e correr com os israelitas da Palestina [cf. Burke, *op. cit.*].

**6** Cf. Manuel de Lucena. «O Iraque visto das torres», in *Relações Internacionais*

n.º 1, Março de 2004, artigo sobre as razões que terão levado os Estados Unidos a invadir o dito país.

**7** Sobre esta aproximação há um muito interessante artigo do general Loureiro dos Santos: cf. «China-Iraão+Iraque: o novo "eixo do mal"», in *Público*, 15 de Dezembro de 2004.

**8** Parece que não há ligação orgânica e muito menos subordinação hierárquica entre o(s) grupo(s) de al-Zarqawi e a Al-Qaida de bin Laden. As relações entre os dois homens serão até de rivalidade e bastante más [cf. *op. cit.*].